

A MARCHA DAS MARGARIDAS E AS DESIGUALDADES ALIMENTARES: DIAGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A POLÍTICA AGROALIMENTAR NO BRASIL¹

Marco Antonio Teixeira²

 <https://orcid.org/0000-0001-5794-4289>

Eryka Galindo³

 <https://orcid.org/0000-0002-4028-9406>

RESUMO

Este trabalho analisa a contribuição da Marcha das Margaridas para o enfrentamento das desigualdades alimentares no Brasil, a partir da plataforma política de 2019 e da pauta de 2023. Os documentos reúnem propostas para transformar questões de trabalho, gênero, meio ambiente, violência e outras. O foco é compreender as contribuições da Marcha para o debate de política agroalimentar, utilizando o conceito de desigualdades alimentares. As propostas foram classificadas em cinco dimensões: socioeconômica, socioambiental, política, epistemológica e cultural/simbólica. O estudo também aborda como diferentes grupos sociais são afetados por essas desigualdades e as propostas de transformação da Marcha para superar o modelo agroalimentar hegemônico.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Políticas Alimentares. Desigualdades Alimentares. Movimentos Feministas. Marcha das Margaridas.

THE MARCHA DAS MARGARIDAS AND FOOD INEQUALITIES: DIAGNOSES AND ALTERNATIVES FOR AGRI-FOOD POLITICS IN BRAZIL

ABSTRACT

This paper analyzes the contribution of the *Marcha das Margaridas* to addressing food inequalities in Brazil, based on the political platforms of 2019 and the political agenda of 2023. These documents gather proposals to transform issues related to work, gender, the environment, violence, and others. The focus is to understand the contributions of the *Marcha* to the agri-food political debate, using the concept of food inequalities. The proposals were classified into five dimensions: socioeconomic, socio-environmental, political, epistemological, and cultural/symbolic. The study also addresses how different social groups are affected by these inequalities and the *Marcha's* proposals for transforming the hegemonic agri-food model.

Keywords: Social Movements. Food Politics. Food Inequalities. Feminist Movements. *Marcha das Margaridas*.

¹ A primeira versão deste trabalho foi apresentada no Grupo de Trabalho 4 “Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises” no 10º no Encontro da Rede de Estudos Rurais (2023). Este estudo se situa no contexto do grupo de pesquisa “Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy”, financiado Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), entre abril de 2019 e março de 2025. Por isso, as perguntas de pesquisa e abordagem deste trabalho dialogam com a agenda de pesquisa do grupo de pesquisa e com o diálogo coletivo com todos os membros do grupo ao longo dos anos do projeto, a quem somos gratos pelas trocas.

² Marco Teixeira é Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é fellow do Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila). E-mail: mateixeira@gmail.com.

³ Eryka Galindo é socióloga, doutoranda do programa de Sociologias Globais da Freie Universität Berlin. E-mail: erykagalindo@gmail.com.

LA MARCHA DE LAS MARGARITAS Y LAS DESIGUALDADES ALIMENTARIAS: DIAGNÓSTICOS Y ALTERNATIVAS PARA LA POLÍTICA AGROALIMENTARIA EN BRASIL

RESUMEN

Este artículo analiza la contribución de la Marcha das Margaridas en el enfrentamiento de las desigualdades alimentarias en Brasil, a partir del examen de sus plataformas políticas de 2019 y su agenda política de 2023. Dichos documentos reúnen propuestas orientadas a transformar cuestiones relacionadas con el trabajo, el género, el medio ambiente, la violencia, entre otras. El enfoque del estudio es comprender cómo la Marcha aporta al debate sobre las políticas agroalimentarias, utilizando el concepto de desigualdades alimentarias. Las propuestas fueron clasificadas en cinco dimensiones: socioeconómica, socioambiental, política, epistemológica y cultural/simbólica. El estudio también aborda cómo diferentes grupos sociales se ven afectados por dichas desigualdades y analiza las propuestas de transformación impulsadas por la Marcha para superar el modelo agroalimentario hegemónico.

Palabras clave: Movimientos Sociales. Políticas Alimentarias. Desigualdades Alimentarias. Movimientos Feministas. *Marcha das Margaridas*.

INTRODUÇÃO

Há várias maneiras de perceber a desigualdade e uma delas é por meio da alimentação. Por exemplo, algumas pessoas têm maiores condições de produzir do que outras; têm mais acesso a alimentos do que outras; e comem alimentos saudáveis em frequência mais adequada do que outras (Teixeira; Motta; Galindo, 2021). Há também diversas maneiras de compreender e analisar o fenômeno das desigualdades. O uso de métodos quantitativos domina parte significativa de estudos sobre desigualdades, com diversos enfoques, assim como relatórios de organizações internacionais que procuram medir e comparar os países conforme índices de desigualdades diversos, como o Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴.

Este trabalho se situa no campo de estudos sobre desigualdades, mas enfoca o estudo qualitativo. Faz isso por meio do uso do conceito de desigualdades alimentares (Motta, 2021b), ferramenta analítica que se baseia no marco teórico e analítico das desigualdades globais entrelaçadas (Jelin, Motta e Costa, 2017) e suas quatro premissas: (1) a multidimensionalidade das desigualdades; (2) as suas diferentes escalas; (3) seu caráter interseccional; (4) e suas dinâmicas de reprodução e mudança. Entende-se por desigualdades globais entrelaçadas “as distâncias entre as posições que os indivíduos ou os grupos de indivíduos assumem no contexto de um acesso organizado de maneira hierárquica aos bens sociais relevantes (renda, riqueza, etc.) e aos recursos de poder (direitos, participação política, posições políticas, etc.)” (Braig; Costa; Göbel, 2013, p. 2, tradução dos autores).

Motta (2021a) discutiu o caráter interseccional do conceito de desigualdades alimentares com mais profundidade em trabalho no qual analisou um conjunto amplo do que a autora denominou

⁴ Ver, por exemplos, os relatórios do Desenvolvimento Humano, publicados pelo PNUD, como o PNUD (2024).

movimentos alimentares. Ela identificou cinco eixos principais de desigualdades alimentares interseccionais: (1) classe; (2) gênero; (3) raça; (4) colonialidade expressa na relação urbano-rural e na indigeneidade; e (5) mais-que-humanos.

Outro trabalho que aplica o conceito de desigualdades alimentares à investigação empírica da Marcha das Margaridas é o de Borghoff Maia e Teixeira (2021). Os autores enfocam a dimensão escalar do conceito e investigam as escalas de transformação da Marcha por meio da análise das respostas dos governos às pautas de reivindicações das Margaridas entre 2000 e 2019. Ressaltam as contribuições da Marcha na promoção de transformações de sistemas agroalimentares com foco no plano nacional, sem desconectá-las do que acontece em escalas locais e globais. Os autores argumentam pela importância de uma abordagem multi-escalar que considere a interdependência das escalas de atuação e transformação de movimentos alimentares (Borghoff Maia; Teixeira, 2021).

O presente artigo avança na operacionalização do conceito de desigualdades alimentares focalizando na análise da multidimensionalidade das desigualdades alimentares, articulando-o com a dimensão interseccional, na medida em que identifica os grupos sociais mais afetados pelas desigualdades e suas especificidades. Ainda que de forma adjacente, este trabalho também traz contribuições à reflexão do quarto aspecto que integra os conceitos de desigualdades globais entrelaçadas e desigualdades alimentares – as dinâmicas de reprodução e mudança – ao debater as proposições das Margaridas para a transformação da política agroalimentar no Brasil.

Para isso, este trabalho parte de três perguntas principais. Primeiro, quais as dimensões de desigualdades alimentares identificadas pelas Margaridas⁵ no modelo agroalimentar hegemônico? Segundo, como cada grupo social é diferentemente afetado pelas desigualdades alimentares interseccionais, de acordo com as Margaridas? Finalmente, o que as propostas da Marcha revelam quanto ao projeto político agroalimentar que defendem?

Além da dimensão multiescalar do conceito de desigualdades alimentares, que oferece categorias de análise para compreender as propostas das Margaridas conforme as dimensões de desigualdades, este trabalho também dialoga principalmente com o campo de estudos de movimentos sociais. O esforço analítico de perceber o enquadramento e diagnóstico dos atores sobre as desigualdades multidimensionais, como cada grupo social é afetado e a produção de propostas de transformação dos problemas diagnosticados é baseado em contribuições teóricas que chamam a atenção para o papel dos atores na produção de enquadramentos (Benford; Snow, 2000) e na compreensão de movimentos sociais como produtores de conhecimento (Escobar, 2007).

Além disso, este trabalho está situado e pretende contribuir também para um conjunto de estudos que analisa o papel de movimentos sociais na transformação alimentar, a partir do uso de

⁵ Aqui, é feita referência às Margaridas como uma identidade da coalizão que articula diversos sujeitos políticos (Motta, 2021c).

diversos conceitos e abordagens, como movimentos alimentares, ativismo alimentar e redes alternativas alimentares (Holt Giménez; Shattuck, 2011; Goodman *et al.*, 2011; Portilho, 2020; Motta, 2021a; Borghoff Maia; Teixeira, 2021; Kalix Garcia, 2023; Zentgraf; Motta, 2024).

Finalmente, dado o caráter feminista da Marcha, suas contribuições políticas devem ser entendidas no marco de uma abordagem feminista popular, com forte enfoque interseccional e de justiça de gênero⁶.

A Marcha das Margaridas é uma mobilização de mulheres do campo, da floresta e das águas, que marcham nas ruas de Brasília desde 2000. Com uma agenda política ampla, as Margaridas apresentam um projeto de sociedade que trata de diversos temas, tais como políticas e direitos agrário, social, ambiental, trabalhista, previdenciário, bens comuns, democracia, soberania popular, direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à violência contra as mulheres e igualdade de gênero. Liderada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, tendo como coordenadora geral a Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), a Marcha é construída em parceria com movimentos sociais, feministas, de mulheres, centrais sindicais e organizações internacionais⁷.

A característica marcante da diversidade de sujeitos políticos que constituem a Marcha é destacada em diversos dos seus documentos, geralmente, mencionando a multiplicidade dos sujeitos, como no trecho a seguir, da pauta da Marcha de 2023:

Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, jovens, negras, lésbicas, trans, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, apanhadoras de flores, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, coletoras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, retireiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedadeiras, geraizeiras, entre tantas outras representadas pela CONTAG e pelo conjunto das organizações parceiras que compõem a Marcha das Margaridas (Contag, 2023, pp. 4-5).

Este trabalho se divide em sete partes, além desta introdução. Na primeira, são apresentadas as fontes e métodos utilizados. As cinco seções seguintes são dedicadas, cada uma delas, à análise de uma das cinco dimensões de desigualdades (socioeconômicas, socioambientais, políticas, epistemológicas e culturais e simbólicas), destacando como cada grupo social se situa em cada uma dessas dimensões. Na última parte, são apresentadas as considerações finais, que propõe uma reflexão sobre os significados das dimensões das desigualdades alimentares para a compreensão da política agroalimentar no Brasil.

⁶ Para uma análise sobre a incorporação da soberania alimentar na agenda da Marcha das Margaridas, investigando sua interpretação do conceito e sua relação com uma perspectiva feminista popular, ver Motta e Teixeira (2023).

⁷ Sobre a Marcha, ver, entre outros: Aguiar (2015; 2016; 2025), Moreira (2019), Kuhn (2020), Teixeira e Motta (2020), Teixeira (2021), Motta e Teixeira (2021), Teixeira (2023) e Moreira, Theodoro (2023).

FONTES E MÉTODOS

Dois documentos serviram de referência principal para este artigo: plataforma política da Marcha das Margaridas 2019 e a pauta da Marcha das Margaridas 2023. A elaboração destes documentos toma por referência os debates realizados pelas mulheres nas centenas de atividades de mobilização, organização e formação da Marcha, que acontece com pelo menos um ano de antecedência em relação à protesto de rua nacional. São processos que alcançam ampla representatividade, uma vez que envolvem diversos sujeitos políticos em várias escalas (comunitária, municipal, estadual, regional e nacional). Tais documentos são estratégicos para a análise desenvolvida neste artigo porque reúnem, no plano discursivo, a síntese dos resultados dos principais debates feitos pelas Margaridas ao longo de mais de um ano de preparação da Marcha.

A plataforma política da Marcha das Margaridas 2019 é um documento político que reúne as proposições políticas das Margaridas em 2019, entre elas as de políticas alimentares. Como explicado na apresentação do documento, a “plataforma (...) traz no seu conteúdo reflexões importantes sobre os nossos problemas e as questões sociais, econômicas e políticas que, em seu conjunto, vem afetando as nossas vidas” (Contag, 2019a, p. 2). O objetivo final do documento é apresentar “à sociedade civil, à sociedade política brasileira e aos organismos internacionais” (Contag, 2019a, p. 2) o projeto de sociedade defendido pelas Margaridas. Por focar no documento político de 2019, o texto apresenta um retrato da situação sociopolítica do país no contexto de ascensão das novas direitas (Teixeira, 2021).

Assim como o documento de 2019, a pauta da Marcha das Margaridas 2023 apresenta, conforme destaca o documento, “um conjunto de proposições as quais consideramos fundamentais para seguirmos marchando no sentido dessa transformação e da (re)construção de um Brasil que tenha como horizonte o Bem Viver” (Contag, 2023, p. 4).

Uma particularidade marca o documento de 2019. Pela primeira vez, desde a sua criação, as Margaridas não dirigiram sua agenda política ao poder executivo nacional com o intuito de instaurar um processo de negociação das demandas. Isso aconteceu devido a um entendimento político da comissão organizadora de que a negociação com agentes do poder executivo, naquele momento, significaria dar legitimidade ao governo do então presidente Jair Bolsonaro, político de ultradireita e publicamente contrário a mobilizações sociais que se autodenominam de esquerda, como é o caso da Marcha das Margaridas, e cujo discurso se caracteriza pela subjugação das mulheres. A negociação da pauta com o governo Bolsonaro poderia significar o reconhecimento de normalidade da

democracia no país, em um contexto de discursos autoritários, fragilização dos princípios e instituições democráticas, o que as Margaridas não quiseram atestar⁸.

Já a pauta de 2023 foi entregue e negociada com os agentes de Estado, em um contexto no qual o presidente no poder era Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme consta no documento de 2023: “Nossa expectativa é de que o Governo Federal, representado por todos os seus ministérios, se comprometa com esta agenda propositiva, considerando a sua inserção nas ações previstas no Plano Plurianual 2024-2027, garantindo orçamento público para a sua efetivação durante os próximos quatro anos” (Contag, 2023, p. 6).

Ambos os documentos analisados reúnem propostas das Margaridas para transformação de temas diversos, incluindo questões de trabalho e renda, gênero, meio ambiente, desenvolvimento rural, violência entre outros. Neste trabalho, o foco é analisar as contribuições da Marcha para o debate de política agroalimentar, agenda central na ação política da Marcha. Conforme consta na introdução que compõe a pauta de 2023: “Nós fazemos a agricultura familiar e camponesa! Produzimos alimentos saudáveis. Promovemos a segurança alimentar e a preservação das sementes crioulas, dos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiães dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade” (Contag, 2023, p. 5). Além disso, as Margaridas explicam que as pautas apresentadas em 2023, por exemplo, se orientam para enfrentar os principais desafios do Brasil na contemporaneidade. O primeiro dos desafios citados é: “A erradicação da fome por meio da promoção da alimentação saudável sedimentada na construção da soberania e segurança alimentar, e na produção de “comida de verdade”, resultante do trabalho das mulheres do campo, da floresta e das águas, tendo por base os princípios da agroecologia” (Contag, 2023, p. 6).

Seguindo a combinação de um método dedutivo, orientados pelas dimensões de desigualdades descritas por Braig, Costa e Göbel (2013), Jelin, Motta e Costa (2017) e Motta (2021a), e indutivo, por meio do qual analisa-se, aqui, principalmente o conteúdo da plataforma política da Marcha das Margaridas 2019 e a Pauta da Marcha das Margaridas 2023, este trabalho examina a contribuição da Marcha das Margaridas na elaboração de diagnósticos sobre as desigualdades alimentares multidimensionais, considerando as desigualdades alimentares interseccionais, ou seja, como os diferentes grupos sociais experienciam as desigualdades alimentares, e na proposição de alternativas para superá-las. Por meio do método dedutivo, são analisadas, sistematicamente, as propostas apresentadas em 2019 e 2023, reunindo-as em torno das cinco dimensões de desigualdades alimentares multidimensionais: socioeconômicas, socioambientais, políticas, epistemológicas e culturais e simbólicas.

⁸ Sobre a atuação da Marcha no contexto de ascensão das novas direitas, ver Teixeira (2021).

Complementarmente, as análises deste trabalho se basearam na literatura sobre o tema, outros documentos produzidos pela Marcha e a observação participante durante a organização e mobilização da Marcha em 2019 e 2023, mas também a experiência de participação em Marchas anteriores a partir de diferentes papéis: pesquisador, consultor ou assessora.

DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

No Brasil, os 10% maiores imóveis agrícolas⁹ ocupam 73% de toda área, enquanto os 90% restantes, os menores imóveis, ocupam somente 27% da superfície destinada à agricultura (Pinto *et al.*, 2020). Mesmo diante da ação reivindicatória de movimentos sociais quanto à democratização do acesso à terra e de melhores condições de produção agrícola, tal cenário sustenta-se ao longo da história brasileira pela insuficiência de medidas estatais que superem estas desigualdades. Nas últimas décadas, a concentração fundiária se acentuou diante do crescimento do mercado de *commodities* e de investimentos privados, este último facilitado por legislações desatualizadas ou de baixa implementação, que não alteram efetivamente as desigualdades fundiárias (Sauer; Leite, 2012).

Diante deste cenário, um número significativo das proposições presentes na plataforma política 2019 e pauta 2023 visa superar assimetrias socioeconômicas, sendo as principais demandas o acesso à terra e ao território, e a implementação de políticas de produção voltadas à agricultura familiar, aos povos e comunidades tradicionais, e, especialmente, às mulheres do campo, da floresta e das águas.

Em se tratando das desigualdades de acesso à terra e aos territórios, as Margaridas propõem medidas que superem o persistente cenário de concentração fundiária. Demandam a realização de efetiva reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, a titulação das terras quilombolas, o reconhecimento legal e proteção dos territórios tradicionais (extrativistas, babaçuais, etc.) e territórios, além da revisão e cumprimento de leis e normativas (a exemplo da atualização dos índices de produtividade e plena execução do princípio constitucional da função social da terra).

O tema da desigualdade fundiária aparece com mais força em 2023, com uma proposta de elaborar novo Plano Nacional de Reforma Agrária e outras demandas focadas na reestruturação e fortalecimento das capacidades institucionais do Estado para garantir a execução da política fundiária, como por meio da destinação de recursos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁹ Mesmo espalhados em todo país, vê-se a concentração dos maiores imóveis agrícola do país em determinadas regiões e unidades federativas, dentre os quais estão: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no MATOPIBA (é a sigla que abarca os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O território do MATOPIBA é denominado como nova “fronteira agrícola”, que abarca grande parte do cerrado brasileiro, sendo profundamente ocupada pela pecuária extensiva e agricultura mercantil, facilitada por iniciativas do legislativo, executivo federal e órgãos estatais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

(Inkra). Em 2023, os temas dos territórios e a conexão entre as questões fundiária e ambiental ganham mais força.

As mulheres do campo, da floresta e das águas, os povos e comunidades tradicionais e os(as) trabalhadores(as) na agricultura familiar são reiteradamente mencionados como mais afetados pelas desigualdades de acesso à terra¹⁰. São também citados nas proposições os povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco de babaçu e extrativistas.

Chama a atenção na pauta de 2023 uma proposta, em destaque, que demanda pontuação específica no processo de seleção para ocupação de parcelas de reforma agrária para três grupos: mulheres vítimas de violência doméstica e outras; mulheres transgênero; mulheres assalariadas rurais na informalidade. Dessa forma, as Margaridas apresentam propostas políticas que, ao mesmo tempo demandam políticas estruturais em benefício de toda a sociedade e ações específicas, que visam enfrentar as desigualdades vividas por grupos minorizados, como as mulheres, inclusive considerando a heterogeneidade de experiências que compõem esse grupo social. A análise longitudinal dos documentos nos permite identificar como as Margaridas são capazes de, no decorrer dos anos, incorporar as demandas dos distintos grupos minorizados, reconhecendo suas reivindicações por políticas estruturais e específicas quanto ao acesso à terra.

Uma outra expressão das desigualdades socioeconômicas se refere ao baixo acesso dos povos do campo, da floresta e das águas às políticas públicas de produção e comercialização, principalmente, entre as mulheres. Um dos golpes mais duros para a agricultura familiar brasileira nos anos recentes foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda no governo de Michel Temer¹¹. Com isso, as políticas para a agricultura familiar, incluindo as de produção e comercialização, passaram a ser geridas no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), antes estruturado para atender aos interesses da agricultura comercial de larga escala. No governo Bolsonaro, a narrativa da Ministra do MAPA reforçou a existência de apenas uma agricultura, desconsiderando as especificidades dos diferentes segmentos (Medeiros, 2020). Há que se destacar que a disputa em torno da noção de uma só agricultura favorece o desmonte dos espaços institucionais e, conseqüentemente, compromete a implementação de políticas diferenciadas para a agricultura familiar e camponesa.

Para se contrapor a este estado das políticas de produção, a plataforma de 2019 apresenta demandas por: políticas de crédito e fomento, organização produtiva, universalização da assistência

¹⁰ Apesar de a Lei Nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, reconhecer parte dos povos e comunidades tradicionais dentro da caracterização da agricultura familiar e, da mesma forma, compreender homens e mulheres como parte desta categoria, a recorrência com que estes sujeitos são mencionados ao longo das proposições da plataforma levou à interpretação de que a noção de agricultores e agricultoras familiares guarda assimetrias e até tensões que não a tornam uma denominação suficiente para aglutinar todos os sujeitos retratados, pelo menos para fins de entendimentos das diversas dimensões existentes na plataforma política da Marcha das Margaridas 2019.

¹¹ Naquele momento, programas de assistência técnica e fomento para a agricultura familiar e assentamentos, por exemplo, foram paralisados (Medeiros, 2020).

técnica e extensão rural (ATER) pública, além de fomento aos quintais produtivos. Embora haja um conjunto de propostas que focalizam o público da agricultura familiar como um todo, um grupo de proposições demandam políticas setoriais que contemplem as necessidades específicas de determinados segmentos sociais, dentre os quais são mencionados: povos do campo, da floresta e das águas, populações extrativistas, povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, com ênfase nas mulheres.

Em 2023, com a recriação do MDA, um conjunto de propostas de políticas públicas para a agricultura familiar são feitas. Além do que já foi apresentado em 2019, ganha força as propostas de políticas direcionadas aos quintais produtivos, vinculando a produção nestes espaços à produção de alimentos diversificados e saudáveis. Novamente, as demandas propõem um foco especial nas mulheres, mas reconhecem cada vez mais a diversidade dessas categorias. Por exemplo, as demandas por políticas de habitação rural priorizam as mulheres idosas e chefes de famílias e as mães solo, perspectiva ausente em 2019.

As propostas das Margaridas reforçam a demandas por ações do Estado de apoio a políticas públicas para a agricultura familiar. Essas reivindicações são feitas em um contexto caracterizado por Favareto (2017) como de fim de um ciclo nas formas de conceber desenvolvimento e intervenção pública nos espaços rurais do Brasil, caracterizado pelo desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar, período iniciado no governo Temer e aprofundado pelo governo Bolsonaro.

As Margaridas também propõem as bases sob as quais defendem as políticas de produção agrícola: um modelo produtivo que converge com os princípios agroecológicos, tanto em 2019 como em 2023. A agroecologia se apresenta como uma alternativa que se baseia na produção de alimentos saudáveis, de forma ambientalmente justa e equilibrada, por meio de práticas e tecnologias sociais que se utilizam dos recursos e insumos produzidos pela própria terra¹². Mais do que um modelo produtivo, é entendida como modo de vida, que valoriza os saberes da agricultura familiar e camponesa, populações indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que questiona as estruturas de desigualdades de gênero, raça e do modelo capitalista de produção agrícola. Assim, as ativistas da Marcha das Margaridas, que incluem representantes dos movimentos e organizações do campo agroecológico, entendem a agroecologia como indissociável da construção de relações sociais mais justas. É dessa compreensão que emergem afirmações como “Sem feminismo não há agroecologia” e “Com racismo não há agroecologia”, slogans que destacam o sentido indissociável entre equidades sociais e agroecologia¹³. Em 2023, por exemplo, a demanda por

¹² Alguns exemplos de práticas agroecológicas são o consórcio e rotação de culturas, a adubação orgânica, que repõe nutrientes através do reaproveitamento da folhagem e de outros tipos de matérias orgânicas, defensivos naturais e biofertilizantes, em substituição ao uso de agrotóxico.

¹³ Pesquisadoras como Siliprandi (2009) e Moreira (2019) desenvolveram importantes estudos sobre a importância das mulheres na construção da agroecologia e do campo agroecológico no Brasil.

agroecologia inclui desde propostas de fortalecimento de quintais produtivos agroecológicos até o fomento de feiras agroecológicas. Ou seja, a perspectiva agroecológica perpassa políticas de produção e comercialização de alimentos.

As proposições relacionadas às políticas de comercialização apontam para a necessidade de investimento em infraestrutura, fortalecimento do associativismo e cooperativismo¹⁴, identificação das mulheres nos documentos fiscais de venda da produção e na base da Receita Federal, além de políticas de compras públicas, propostas de estímulo a grupos de comercialização e às feiras da economia solidária e agroecológica.

DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS

Do ponto de vista socioambiental, a plataforma política de 2019 trata principalmente das relações desiguais relativas ao acesso aos bens comuns, como a água e a biodiversidade, propondo sua democratização e seu uso equilibrado e sustentável.

As desigualdades do acesso à água no Brasil é um problema estrutural. O uso desmedido, o desperdício e a contaminação da água exercida por grandes empresas, sobretudo as de mineração, do agronegócio e indústrias são denunciados pelas Margaridas. Este cenário parece ter piorado nos anos mais recentes com a aprovação de marcos regulatórios que flexibilizam a privatização do saneamento básico no Brasil (serviço que também se ocupa do abastecimento de água). O Programa de Parceria de Investimentos – PPI, criado por Temer, por meio da Medida Provisória 727, de 2016, (convertida na Lei 13.334/2016) –, regulamentou as privatizações e concessões de mais de 34 ramos de exploração econômica, dentre os quais portos, aeroportos, rodovias, mineração, energia e saneamento básico. De iniciativa do governo Bolsonaro, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidência da república a Lei 14.026/2020, que, dentre outras competências, flexibiliza as regras de privatização do setor de saneamento básico. O argumento que sustentou estas medidas pelos respectivos governos e apoiadores é o da eficiência das empresas privadas. A privatização, na visão dos seus defensores, seria a possibilidade de melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico e seu acesso por um maior número de brasileiros(as).

Para fazer frente a isso, as Margaridas propõem, em 2019, normas rígidas e maior controle do Estado para conter as desigualdades que derivam do que consideram o uso indiscriminado da água. As proposições apontam para: a democratização do seu acesso para populações historicamente excluídas desse direito (mais pobres, que vivem, especialmente, nas regiões de clima semiárido e na Amazônia); uma regulação que promova a gestão equilibrada do uso da água, o que inclui restrições

¹⁴ O associativismo e cooperativismo desejado pelas Margaridas se pauta por uma economia feminista e solidária, entendida como meio para incorporar a dimensão de gênero, raça e etnia (Contag, 2019a).

às grandes empresas, especialmente da mineração e agronegócio; e barreiras aos acordos de privatização dos recursos hídricos nacionais, destacando-se o princípio da soberania. As Margaridas defendem que o direito à água deve ser assegurado não só pela garantia dos serviços de distribuição, de forma pública e justa, mas também pelo fomento a tecnologias sociais de gestão, reaproveitamento e armazenamento, sobretudo em contextos de ocorrência de longos períodos de seca. Querem água para uso doméstico, mas também para a criação de animais e produção agrícola.

De uma forma mais específica, reivindicam que políticas de acesso à água assimilem o trabalho exercido, em geral, pelas mulheres, as grandes responsáveis pelo provimento de água no domicílio e, por isso, as mais afetadas pela desigualdade do acesso a este bem comum.

Também fazem parte das denúncias das desigualdades socioambientais as propostas que visam proteger a biodiversidade, entendida como bem comum e não como recurso à disposição dos interesses do mercado e sistemas agroalimentares. Uma das maiores ameaças à biodiversidade no Brasil tem sido a combinação de transgenia e agrotóxicos, ambos controlados pelas transnacionais que comandam o setor. Entre os efeitos destas práticas, estão a contaminação da água, do solo e, conseqüentemente, da população.

Contra esse modelo, as Margaridas defendem uma nova relação entre as diferentes formas de vida, valendo-se para isso do conceito de sociobiodiversidade, que, na compreensão da Marcha, diz respeito à: “(...) relação natureza/cultura, ela admite a ação de grupos humanos na natureza sem destruir a sua biodiversidade, mas em interação com ela, inclusive, retirando da natureza o seu sustento, preservando os seus recursos (naturais e genéticos)” (Contag, 2019b, p. 34).

As proposições presentes na plataforma reiteram que a relação natureza/cultura é possível a partir da viabilização do direito à terra e aos territórios para povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar e campesina, bem como a partir do reconhecimento dos modos de vida e saberes locais, que, nas palavras das Margaridas, estão em sintonia com “a proteção dos biomas e preservação da sociobiodiversidade e assim devem ser defendidos da ação destrutiva do agronegócio e das grandes corporações” (Contag, 2019a, p. 20).

Alinhadas com a defesa da biodiversidade estão também as proposições que defendem: (1) territórios livres de transgênicos e agrotóxicos, por meio de regulamentações rígidas, capazes de banir os agrotóxicos já proibidos em outros países e de impedir sua pulverização aérea; (2) a rotulagem de produtos transgênicos; (3) a não autorização das sementes estéreis (conhecidas como *terminators*) no Brasil; e (4) aprovação imediata do PL 6.670 de 2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA).

Em 2023, o cenário político volta a mudar, assim como o enfoque das propostas da Marcha. No plano político governamental, o governo Lula III prioriza, pelo menos no plano discursivo, as políticas ambientais e climáticas, inclusive com o nome do Ministério do Meio Ambiente passando a

se chamar Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sob a condução de Marina Silva, liderança amazônica reconhecida pela sua luta ambiental. Essa priorização é acompanhada de resultados. Um deles, por exemplo, é a redução do desmatamento da Amazônia, que teve queda de 45,7% no período de agosto de 2023 a julho de 2024¹⁵. Na pauta política 2023, o debate sobre política ambiental também muda e acompanha o debate da política ambiental, com maior enfoque em políticas climáticas, orientadas por justiça climática.

Neste cenário, uma das principais propostas das Margaridas é a “agroecologia como alternativa de mitigação e adaptação às mudanças climáticas” (Contag, 2023, p. 17). Esta estratégia relaciona a política climática e a alimentar. Como destacado pela pauta de 2023, a priorização das práticas agroecológicas é um meio “para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis e, ao mesmo tempo, resilientes às mudanças climáticas” (Contag, 2023, p. 17).

Neste conjunto de propostas, destacam-se os debates sobre licenças ambientais e fiscalização ambiental e a crítica a políticas climáticas de finaceirização da natureza, com destaque para o mercado de carbono.

Neste conjunto de propostas, aparece ainda demandas por mais participação das mulheres nas políticas climáticas, inclusive com algumas apontando para a necessidade de igualdade de gênero, em diferentes escalas e instâncias, tema que se relaciona com a discussão do tópico seguinte. Por ora, vale frisar que a análise separada por categorias de desigualdades alimentares multidimensionais servem a princípios analíticos. Entretanto, compreende-se que tais dimensões estão entrelaçadas, se relacionando e se complementando.

DESIGUALDADES POLÍTICAS

De uma maneira geral, as propostas das Margaridas defendem um projeto político que amplie as formas de participação política, sobretudo das mulheres, e soberania popular. Esta demanda ganhou força em 2019, para fazer frente a um contexto de declínio dos espaços de participação e ameaças à democracia. E se manteve, em 2023, em um cenário interpretado pelas ativistas como necessário para fortalecer e reconstruir a democracia. Embora existam eixos específicos nos documentos focados no debate sobre democracia e participação, pode-se dizer que as propostas de participação política permeiam os documentos analisados, sobretudo o de 2023. Este fato provavelmente está relacionado à interpretação da conjuntura política das Margaridas, de uma maior abertura do governo Lula III às demandas de movimentos sociais populares.

¹⁵ Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/desmatamento-na-amazonia-tem-reducao-de-45-7>. Acesso em 15 Jul. 2025.

Pogrebinski e Tanscheit (2017) apontam que esse processo, de declínio dos espaços de participação social, já é visível no final do governo Dilma Rousseff, marcado pela aglutinação de várias conferências nacionais de minorias em uma só, convocadas para 2016. Teixeira (2020) também mostrou como a negação à relevância da participação institucionalizada encontrou respaldo entre representantes do legislativo, do judiciário e setores da sociedade no contexto do debate da aprovação da Política Nacional de Participação Social. Contudo, foi com o governo Michel Temer que esse processo se intensificou, tornando essas instituições espaços de confronto entre sociedade civil e Poder Executivo. Naquele período, representantes eleitos pela sociedade civil foram retirados do cargo, mudanças nas competências dos espaços participativos foram feitas, cortes no orçamento e redefinições de agenda política foram efetuadas, afetando a existência desses espaços (Tanscheit; Pogrebinski, 2017).

Esse processo se agudizou ainda mais com o desmantelamento dos espaços participativos por meio da edição do Decreto N° 9.759, em 11 de abril de 2019, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, que extinguiu diversos espaços e mecanismos de participação social a nível nacional, como Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, e a Medida Provisória 870, expedida no primeiro dia do novo governo, com o objetivo de “supervisionar, coordenar e monitorar as ações e atividades das organizações internacionais e não governamentais” (Magalhães; Ornelas; Brasil, 2020). Além disso, a narrativa de criminalização de movimentos sociais populares por agentes do governo Bolsonaro e pelo próprio presidente é mais um sinal da restrição dos canais de diálogo entre movimentos sociais populares e Poder Executivo¹⁶.

As Margaridas se opõem a este cenário, defendendo a importância da retomada dos espaços de participação social, tais como conselhos e conferências, dispositivos previstos já na Constituição Federal de 1988. Além disso, as Margaridas apontam a necessidade de garantir o direito de consulta dos povos quilombolas e indígenas, reconhecendo as especificidades desses segmentos no que se refere à sua autodeterminação.

Para superar as desigualdades na participação política, as Margaridas defendem ainda a noção de autodeterminação dos povos nas decisões sobre o alimento em suas diferentes fases, respeitando a cultura alimentar dos territórios. Ressaltam, com isso, a soberania alimentar, entendida pelas Margaridas como o “(...) direito dos povos e nações de defender sua cultura alimentar e decidir sobre as formas de cultivo, distribuição, consumo e preparo dos alimentos” (Contag, 2019b, p. 9).

¹⁶ Em seu Twitter, no dia 05 de outubro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro incitou sua militância contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) através de um vídeo em que exibe supostos membros de um movimento social que aparecem em uma propriedade rural proferindo palavras de ordem ligadas à luta pela reforma agrária. Ao final da publicação, o presidente registra a frase: “Tenho minha opinião, qual a sua?”. A postagem foi suficiente para que, rapidamente, dezenas de seguidores comessem a responder se referindo ao MST como “terroristas”. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/redes-sociais/bolsonaro-atica-seguidores-contra-o-mst-e-termo-terroristas-vai-para-o-topo-do-twitter/>>. Acesso em 15 Jul. 2025.

Uma inflexão sobre o tema acontece a partir de 2023, com a chegada de Lula ao poder e a retomada dos espaços de governança social, com a volta da participação de atores de movimentos sociais populares que haviam sido excluídos desses processos. Duas iniciativas simbólicas neste contexto, e que se relacionam com a agenda da política agroalimentar, são: a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), ambos recriados nos primeiros meses de 2023.

Como destacam Martelli, Almeida e Capella (2024), a participação no governo Lula III já se iniciou desde o governo de transição, com novo enfoque, que incluiu disputar a sociedade civil com os movimentos de direita e de extrema direita que ganharam força na gestão anterior e na eleição de 2022. Os autores indicam que, além da ênfase “na recuperação e inovação da estrutura institucional, com vistas ao avanço da territorialização, capilaridade, coordenação interfederativa e educação popular” (Martelli, Almeida e Capella, 2024. p. 712), há também uma inovação “com relação à transversalidade da participação, a ocupar centralidade nas várias pastas, num trabalho coordenado pela Secretaria-Geral” (p. 712). Finalmente, destacam que a imagem da participação no Governo Lula III “passa a enfatizar, além de disputa pela democratização do Estado (...), a disputa pela democratização da sociedade” (p. 712).

As propostas da pauta da Marcha em 2023 também apresentam uma inflexão em termos de priorização de sua apresentação quando comparada com o documento de 2019. Em 2023, as pautas relacionadas ao debate da democracia participativa e soberania alimentar e da participação das mulheres são apresentadas como primeiras. Em 2019, eram as últimas apresentadas no documento.

Neste cenário, as propostas das Margaridas têm forte diálogo com o diagnóstico do rumo da participação política, conforme apontado por Martelli, Almeida e Capella (2024). Isso porque há um conjunto de propostas das Margaridas focadas no fortalecimento e institucionalização de políticas de participação das mulheres, em diferentes escalas.

Essas propostas são complementadas com demandas por orçamento, capacitação e acesso à informação, que também são enquadradas como necessárias para garantir não só a participação política, mas também ações e programas políticos para as mulheres. Neste conjunto de propostas, há menções de demandas que visam informá-las sobre seus direitos, citando algumas políticas públicas agroalimentares, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Neste conjunto de propostas, o foco é nas mulheres, especialmente as trabalhadoras do campo, floresta e água. Algumas menções a recortes de classe, gênero, raça e etnia também são mencionadas neste conjunto de propostas. Apesar deste enfoque, algumas demandas, se realizadas, beneficiam não só as mulheres, mas o conjunto da sociedade, como as sugestões de reforma do sistema político. Este

fato ressalta como as propostas das Margaridas enfrentam, ao mesmo tempo, problemas setoriais e estruturais, desafiando a lógica estabelecida da organização do sistema político.

DESIGUALDADES EPISTEMOLÓGICAS

As desigualdades epistemológicas se referem a um conjunto de propostas que focalizam a necessidade de respeitar, reconhecer e valorizar saberes e conhecimentos locais, modos de vida e organização social dos povos do campo, da floresta e das águas, especialmente agricultoras familiares, camponesas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas. Em geral, essas propostas estão inseridas nos debates relativos à agroecologia, sobretudo quando debatem os tópicos de assistência técnica e extensão rural, e à conservação da sociobiodiversidade, geralmente destacando dimensões socioespaciais, como os biomas brasileiros¹⁷.

A luta pela valorização e reconhecimento dos saberes locais procura criar alternativas que se apoiam em soluções sociais e locais com baixo impacto socioambiental, contrapondo-se a um modelo dominante que associa a produção agrícola aos pacotes tecnológicos das grandes empresas transnacionais do setor, marcadas pela utilização intensiva de agrotóxicos e insumos químicos, e que geram grandes impactos ao meio ambiente e à saúde da população.

As iniquidades epistemológicas afetam também o campo das políticas. Caporal (2013) aponta que o ensino, a pesquisa e a extensão no campo agrícola se orienta a partir de um debate sobre como a ciência moderna adotou uma forma cartesiana de pensar baseada em uma lógica de descontextualizar, simplificar e estreitar o conhecimento, definindo a partir disso princípios universais e intransigência com a diversidade e a complexidade. Dessa forma, agentes de desenvolvimento rural passam a difundir e transferir conhecimentos e tecnologias supostamente neutros para que sejam adotados por aqueles que, em tese, não possuem os conhecimentos necessários. De forma geral, essa lógica orienta a construção de muitas políticas públicas e a visão sobre muitos sujeitos políticos no campo brasileiro.

Como destaca Altieri (2012), camponeses representam um santuário da agrobiodiversidade livre de organismos geneticamente modificados. Por geralmente produzirem a partir de uma maior variedade de cultivares, melhoram a segurança das colheitas e ampliam sua defesa diante das situações de vulnerabilidade. Estudos como o de Siliprandi (2009) apontam a importância e o protagonismo das mulheres para o fortalecimento da agroecologia e a preservação dos ecossistemas, das sementes locais tradicionais e dos conhecimentos sobre a biodiversidade.

O debate sobre o reconhecimento e valorização dos saberes locais é indissociável da pauta agroecológica. Como apontou Caporal, “a agroecologia também adota uma postura de

¹⁷ Também aparecem nos debates sobre educação e saúde.

reconhecimento e respeito aos diferentes saberes e propõe a criação de interconexões entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, buscando gerar novos conhecimentos adaptados às diferentes realidades” (2013, p. 4). Dessa forma, a luta contra desigualdades epistemológicas se cruza com outras, como a luta contra desigualdades socioambientais e socioeconômicas. Se a separação analítica das dimensões de desigualdades é uma ferramenta útil para interpretação social, ela não pode ser cega à inclusão das intersecções entre as distintas dimensões.

DESIGUALDADES CULTURAIS E SIMBÓLICAS

As Margaridas denunciam que o não reconhecimento dos sujeitos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, da agricultura familiar e camponesa, dos povos e comunidades tradicionais e, principalmente, das mulheres do campo, da floresta e das águas é gerador de profundas desigualdades que operam no campo simbólico e cultural. Exemplo disso, na política brasileira recente, são as insuficientes políticas de demarcação de terras indígenas ou mesmo os pronunciamentos públicos que inferiorizam e criminalizam quilombolas e trabalhadores(as) sem-terra¹⁸. Claro, além de um efeito cultural e simbólico, como já mencionado, a demarcação de terras indígenas também contribui para o enfrentamento às desigualdades socioeconômicas.

Tampouco cabe neste projeto de Estado, referenciado no homem universal, o reconhecimento das questões pautadas pelas Margaridas quanto ao valor do trabalho reprodutivo e produtivo. Assim, além das desigualdades socioeconômicas que se acirram entre as mulheres, em um momento de crise, a chamada onda conservadora (Almeida, 2019) vem lançando pressões sobre as pautas reprodutivas, especialmente no Congresso Nacional, para criminalizar as leis vigentes de aborto legal e descaracterização da Lei Maria da Penha, que versa sobre a violência doméstica¹⁹.

Por isso, as proposições das Marcha das Margaridas se lançam em contraponto ao não reconhecimento dos sujeitos, especialmente do campo, da floresta e das águas. Numa perspectiva feminista, que enxerga os componentes raciais, de gênero e classe, e sua relação com os espaços de vida, biomas, as Margaridas enfrentam a atual onda conservadora.

¹⁸ Em 2023, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as ações do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), o que sugere, por um lado, a tentativa de criminalização de um movimento relevante de luta pela terra no país e, por outro, de ataque a um movimento social importante para base do governo Lula, exatamente no primeiro ano do seu terceiro mandato. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1002310-ENCERRADA-SEM-VOTAR-RELATORIO,-CPI-DO-MST-MOTIVA-TROCA-DE-ACUSACOES-ENTRE-GOVERNISTAS-E-OPOSICAO>. Acesso em: 15 Jul. 2025.

¹⁹ Segundo a plataforma de monitoramento legislativo Elas no Congresso, da Revista AzMina, o número de projetos de lei que tentam alterar a Lei Maria da Penha, criada em 2006, cresceu seis vezes em 2019: de 14, em 2018, para 81 proposições. Disponível em <https://www.elasnocongresso.com.br/> ou ainda em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/azmina/2020/06/17/projetos-de-lei-para-alterar-lei-maria-da-penha-disparam-no-congresso.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 15 Jul. 2025.

Destaca-se nas propostas da plataforma reivindicações por reconhecimento, não só dos sujeitos políticos, especialmente das mulheres, mas também da própria sociobiodiversidade como um bem comum. Assim, demandam: (a) reconhecimento do papel dinamizador dos territórios e promotor de soberania alimentar exercido pelas mulheres do campo, da floresta e das águas; (b) o reconhecimento da sociobiodiversidade, a exemplo do babaçu, que ativa modos de vida e culturas tradicionais e é defendido como patrimônio imaterial do Brasil; (c) o reconhecimento, valorização e fortalecimento da agricultura familiar e dos territórios como espaço de vida.

Vale destacar que a noção de reconhecimento se expande para além de um valor ético-social de alteridade, alcançando também uma dimensão objetiva, de redistribuição dos recursos. Tomando como referência a perspectiva de Fraser (2006), o reconhecimento deve vir associado às dimensões da redistribuição e da representação. Assim, as disputas contra as desigualdades culturais e simbólicas se lançam sobre o campo das subjetividades e narrativas, bem como sobre o campo das condições objetivas.

Para isso, as Margaridas propõem, como forma de promover reconhecimento, políticas que garantam condições de vida digna nos territórios, fomento às tecnologias sociais de dinamização das atividades produtivas e da organização social local, a própria nomeação de recursos da sociobiodiversidade como patrimônio imaterial, além do reconhecimento da diversidade dos sujeitos políticos presentes no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e classificação do conteúdo das propostas de política alimentares das Margaridas, de acordo com as dimensões de desigualdades multidimensionais (socioeconômicas, socioambientais, políticas, epistemológicas, culturais e simbólicas), permitiram identificar, de forma geral, o contexto de injustiça enfrentado pelas ativistas e suas propostas para superação dessa condição.

As dimensões das desigualdades foram usadas como um recurso analítico para facilitar a interpretação e compreensão do fenômeno. Na prática, essas dimensões estão inter-relacionadas, uma vez que alguns temas perpassam mais de uma delas, como as pautas da agroecologia e da sociobiodiversidade, presentes, por exemplo, nos debates sobre desigualdades epistemológicas e socioambientais.

Embora os usos das categorias tenham servido como uma ferramenta analítica importante para entender e analisar as propostas da Marcha, o conteúdo apresentado pelas Margaridas coloca, de forma mais complexa e entrelaçada, como as desigualdades afetam a vida das populações do campo, da floresta e das águas, sobretudo das mulheres, em sua diversidade.

Além disso, as propostas de transformação apresentadas pelas Margaridas podem ser entendidas como uma agenda que não desafia apenas as desigualdades, uma vez que não se propõem apenas a reformar o sistema, mas visam transformá-lo. E, para isso, as categorias utilizadas neste texto parecem insuficientes porque apenas permitem captar mudanças no enfrentamento às desigualdades dentro da lógica do sistema capitalista – o que não é pouco, mas, ao mesmo tempo, não desafia a lógica do sistema em si.

Em relação à política agroalimentar, é possível afirmar que a luta das Margaridas por uma política agroalimentar passa pela: (a) democratização do acesso aos bens comuns, como terra e água; (b) promoção de modelos de produção agrícola sustentáveis e modos de vida justos, que passam pela afirmação da agroecologia; (c) defesa da sociobiodiversidade, em resistência à ótica exploradora do agronegócio, mineradoras e transacionais extrativistas; (d) afirmação da participação social como mecanismos fundamental à soberania popular e autodeterminação dos povos; (e) valorização dos saberes dos povos do campo, da floresta e das águas; e (f) reconhecimento dos sujeitos políticos e da sociobiodiversidade, para a construção de relações igualitárias e justas.

Nesse sentido, cabe ainda enfatizar que as proposições enxergam a multiplicidade de sujeitos do campo, da floresta e das águas e suas demandas específicas, evidenciando as questões que afetam especialmente a vida das mulheres, no contexto de uma sociedade marcada por profundas desigualdades de gênero e por um contexto atual de força da agenda conservadora. Vale destacar que o olhar para a diversidade e especificidades dos sujeitos políticos ganhou mais expressão no documento de 2023. Este fato pode estar relacionado com a mudança da conjuntura política. Enquanto, em um momento de intensos retrocessos democráticos (2019), a plataforma política apresenta propostas menos detalhadas, em 2023, com uma maior possibilidade de influenciar o Estado e imaginar futuros mais democráticos, as Margaridas construíram propostas mais amplas, inovadoras e detalhadas.

A partir de um diagnóstico contextualizado das desigualdades que estruturam o capitalismo agrário no campo brasileiro, as Margaridas apresentam propostas políticas alternativas, pautadas no reconhecimento dos diversos sujeitos políticos e na natureza. Contra uma lógica de desregulamentação de mercados, privatização de recursos comuns e concentração de poder nas corporações, as Margaridas defendem políticas que demandam o papel do Estado como agente regulador capaz de reduzir desigualdades estruturais e interseccionais, inclusive diminuindo o poder de setores privados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 261-295, 2016.
- AGUIAR, V. V. P. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 521 f. 2015.
- AGUIAR, V. V. P. *Somos todas margaridas: constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2025.
- ALMEIDA, R. D. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, n. 16, p. 22-32, 2012.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611-639, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.611>.
- BORGHOFF MAIA, A.; TEIXEIRA, M. A. Food movements, agrifood systems, and social change at the level of the national state: The Brazilian Marcha das Margaridas. *The Sociological Review*, v. 69, n. 3, p. 626-646, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/00380261211009792>.
- BRAIG, M.; COSTA, S.; GÖBEL, B. *Soziale Ungleichheiten und globale Interdependenzen in Lateinamerika: eine Zwischenbilanz*. Berlin: Assimetriassess.net, Working Paper, n. 4, 2013.
- CAPORAL, F. R. Aprendendo, fazendo, conhecendo. *Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2013.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). *Plataforma Política Marcha das Margaridas 2019*. Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência. Brasília: Contag, 2019a.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). *Caderno 2. Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética*. Pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns. Brasília: Contag, 2019b.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). *Pauta Marcha das Margaridas 2023*. Brasília: Contag, 2023.
- ESCOBAR, A. Actors, networks, and new knowledge producers: social movements and the paradigmatic transition in the sciences. In: - SANTOS, B. S. (Ed.). *Cognitive justice in a global world: prudent knowledges for a decent life*. United Kingdom: Lexington Books. p. 273-294, 2007.

- FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 37, n. 2, p. 7-26, 2017.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo (São Paulo 1991)*, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: Knowledge, practice, and politics*. Londres: Routledge. 320 p., 2012.
- HOLT GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: Rumblings of reform or tides of transformation? *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2010.538578>
- JELIN, E.; MOTTA, R.; COSTA, S. (Eds.). *Global Entangled Inequalities: Conceptual Debates and Evidence from Latin America*. Oxon, New York: Routledge. 2017.
- KALIX GARCIA, T. The impact of the Covid-19 pandemic at the Slow Food Movement. *Food for Justice Working Paper Series*, n. 8, 2023. DOI: <https://doi.org/10.60504/ffjwp.2023.1.101221>
- KUHNEN, T. A. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco) feminismo latino-americano. *Sul-Sul-Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 1, n. 01, p. 124-147, 2020.
- MAGALHAES, B. D.; ORNELAS, G. M.; BRASIL, F. P. D. Democratic deconstructions and resistances: the struggle over participatory institutional legal frameworks in contemporary Brazil. *Cescontexto*, v. 27, p. 142-163, 2020.
- MARTELLI, C. G.; ALMEIDA, C.; CAPELLA, A. C. Imagens da participação social na agenda do governo Lula III. *Revista do Serviço Público - RSP*, v. 75, n. 4, p. 696-714, 2024. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/10867>.
- MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 484-515, 2020.
- MOREIRA, S. L. D. S. *A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina. 193 p., 2019.
- MOREIRA, S.; HUFF THEODORO, S. A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s). *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 31, n. 2, 2023.
- MOTTA, R. Feminist Solidarities and Coalitional Identity: The Popular Feminism of the Marcha das Margaridas. *Latin American Perspectives*, v. 48, n. 5, p. 25-41, 2021c. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X211017896>
- MOTTA, R. Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy. Preliminary Research Programme. *Food for Justice Working Paper Series #1*, Berlin, 2021b.
- MOTTA, R. Social movements as agents of change: fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. *The Sociological Review*, v.69, n.3, p. 603-625, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.1177/00380261211009061>

- MOTTA, R.; TEIXEIRA, M. A. Allowing rural difference to make a difference: The Brazilian Marcha das Margaridas. In: J. M. CONWAY; P. DUFOUR; D. MASSON (Eds.). *Cross-border solidarities in twenty-first century contexts: Feminist perspectives and activist practices*, p. 79-100. Londres: Rowman & Littlefield, 2021.
- MOTTA, R.; TEIXEIRA, M. A. Soberanía alimentaria y feminismo popular en Brasil. *Debates En Sociología*, n. 57, p. 322-348, 2023.
- PINTO, L. F. G. *et al.* Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil – Mapa da Desigualdade. *Sustentabilidade em Debate*, n. 10, abr. 2020.
- POGREBINSHI, T.; TANSCHET, T. Moving Backwards: What Happened to Citizen Participation in Brazil? *Open Democracy*, 2017. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/moving-backwards-what-happened-to-citizen-part/>
- PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político—duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024: A próxima fronteira – Pôr fim ao impasse, reimaginar a cooperação num mundo polarizado*. 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24reportpt.pdf>
- SAUER, S.; PEREIRA LEITE, S. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012.
- SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>.
- TEIXEIRA, A. C. C. Trajetórias do ideário participativo no Brasil. *Caderno CRH*, v. 33, 2020.
- TEIXEIRA, M. A. *Contag, 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. 448 p.
- TEIXEIRA, M. A. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. *Cadernos CRH*, v. 34, p. 1-17, 2021.
- TEIXEIRA, M. A.; MOTTA, R. Unionism and feminism: Alliance building in the Brazilian Marcha das Margaridas. *Social Movement Studies*, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14742837.2020.1770430>.
- TEIXEIRA, M. A.; MOTTA, R.; GALINDO, E. Desigualdades alimentares em tempos de pandemia. *Nexo Jornal*, São Paulo, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/desigualdades-alimentares-em-tempos-de-pandemia>
- ZENTGRAF, L. L.; MOTTA, R. Food movements in Germany: Analysis of actors in the socio-ecological transformation of the food system. *Food for Justice Working Paper Series*, n. 11, Heidelberg: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2024. DOI: <https://doi.org/10.60504/ffjwp.2024.11.105093>.